



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

AGENDA

CIDADES

SEGURAS

O papel dos municípios
na prevenção da violência

Sumário

Introdução	2
Cidades Seguras	3
Condições para uma cidade segura	5
Agenda: Estratégias e Ações	6
Foco nas pessoas	6
Foco nos territórios	8
Foco no controle e na aplicação da lei	9
Como colocar a agenda em prática?	11
O que você precisa saber para elaborar uma agenda Cidade Segura adequada à sua realidade?	13
Referências	19

AGENDA

CIDADES SEGURAS

O papel dos municípios
na prevenção da violência

Introdução¹

O ano de 2020 marcará a nossa história. Esse é o período em que vivemos uma pandemia de proporções globais causada pelo vírus Sars-CoV-2, provocando uma nova doença que até meados de setembro tinha infectado mais de 27 milhões de pessoas ao redor do mundo e matado quase 900 mil pessoas. Enquanto cientistas de diversos países corriam para compreender o funcionamento do vírus, orientar medidas de tratamento e desenvolver uma vacina, os políticos precisaram tomar decisões difíceis. As medidas mais efetivas para impedir a velocidade do espalhamento da doença, a higiene pessoal e o isolamento social, expuseram todas as desigualdades. No Brasil não foi diferente. A desigualdade, presente há tanto tempo, foi escancarada de maneira nunca vista antes. Como lavar as mãos se falta água? Como ficar em casa se não tem o que comer? Como isolar uma pessoa doente se a casa só tem um cômodo?

É nesse contexto que serão realizadas as eleições municipais de 2020. Eleições que ocorrerão em um ano em que os governantes foram levados ao limite. No qual gestores, inclusive os municipais, precisaram fazer escolhas complexas todos os dias. Decisões que tinham de ser tomadas com base nas melhores evidências disponíveis para salvar vidas, o que, infelizmente, foi ignorado por algumas lideranças.

As consequências da Covid-19 permanecerão ainda por muito tempo. Além da crise sanitária, a pandemia tem gerado efeitos como a redução da renda, o aumento do desemprego e a expansão do emprego precário. Os problemas econômicos são acompanhados de desafios políticos. A combinação dessas dimensões tem potencial

de agravar desigualdades, gerar instabilidade social e acentuar diversos tipos de violências. A plataforma daqueles que pretendem ocupar prefeituras e cargos nas Câmaras de Vereadores precisa trazer respostas para esses desafios urgentes. Serão bem-vindas políticas de saúde que saibam dar bom destino aos recursos escassos, como a valorização da saúde primária e dos agentes comunitários. Estratégias urbanísticas para diminuir a densidade populacional, descentralizar e ampliar parques e áreas de lazer são necessárias. É indispensável também pensar em como não deixar pessoas para trás com a virtualização de serviços.

E muitas dessas questões se relacionam com a prevenção da violência, que precisa ser mais uma das prioridades centrais dos governos municipais. Com base nesse cenário é que apresentamos a **Agenda Cidades Seguras**. Os prefeitos têm uma enorme responsabilidade nessa temática, principalmente nas ações que atuam sobre as causas da violência e sobre os fatores de risco, aumentando a probabilidade de pessoas se envolverem em episódios de violência.

Os efeitos da Covid-19 e as implicações para a violência desafiarão ainda mais os futuros prefeitos e vereadores. Esperamos que esta agenda possa guiar os candidatos na elaboração de planos consistentes para enfrentar o problema da violência em um cenário de pandemia e pós-pandemia e também orientar os eleitores a fazerem as perguntas certas e escolherem os candidatos que apresentarem as melhores propostas para que as cidades se tornem mais seguras.

¹ O Instituto Igarapé agradece a Casa Fluminense, Datapedia, Instituto Alziras, Nossas, NudgeRio e Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio pelas contribuições para a elaboração deste documento.

Cidades Seguras

No Brasil é comum que o debate sobre segurança pública fique concentrado em torno das polícias e das prisões. No entanto, se ampliarmos o espectro e incluirmos ações que lidam com as causas da violência, veremos que a agenda da segurança vai muito além desses tópicos.

De maneira geral, podemos afirmar que existem diversas teorias sobre as causas da violência. Algumas delas tratam de escolhas pessoais, outras focam em fatores sociais, como as desigualdades. Há ainda aquelas que centram a explicação em condições ambientais, como o nível de desenvolvimento urbano, e as que se concentram nos mecanismos de controle, como a dissuasão.

A diversidade dessas teorias mostra que a violência é um fenômeno com diferentes causas e, portanto, uma abordagem que busque atuar sobre elas precisa agir em diversas dimensões. Além disso, como se trata das Ciências Sociais, é fundamental entender as causas apontadas pelas teorias como aumento de probabilidade e não de fatores exatos, determinísticos. Por isso, adotamos uma perspectiva de aumento ou redução das chances de uma pessoa se envolver em uma situação de violência traduzidos em fatores de risco e fatores de proteção. Outro aprendizado fruto da análise das evidências sobre o que funciona em termos de prevenção é que é preciso ter foco nos públicos, comportamentos e territórios mais vulneráveis.

É com base nesses parâmetros e pressupostos, que apresentamos a **Agenda Cidades Seguras**. Adaptamos esse conjunto de conhecimento às competências dos municípios no Brasil e privilegiamos ações que também levassem em consideração o contexto de pandemia e pós-pandemia. No mundo inteiro, o coronavírus está exigindo a busca de novas soluções para convivência segura em espaços urbanos. Aqui, o desafio não será diferente. De um lado, teremos de lidar com o aprofundamento da segregação e da exclusão social e, de outro, será preciso se juntar às reflexões mundiais acerca da construção das cidades do futuro.

Uma cidade segura terá de contemplar essas diferentes dimensões e, por isso, dividimos a agenda em três eixos:

- **“As pessoas”**: nesse eixo estão concentradas as ações que lidam com os fatores de risco individuais e sociais, também conhecidas como prevenção social.
- **“Os territórios”**: agrega as ações voltadas para melhoria da infraestrutura das cidades e dos espaços públicos urbanos, atuando sobre as condições ambientais que favorecem a criminalidade. É o que chamamos de prevenção situacional.
- **“O controle e a aplicação da lei”**: diz respeito às estruturas de controle e fiscalização do bem público e das condutas individuais e coletivas em nossas cidades, concentrando-se nas ações e nos aparatos de dissuasão e aplicação da lei.

Além de apresentar estratégias para a prevenção e para o enfrentamento de diferentes formas de violência, desenvolvemos uma seção que aborda a organização necessária para colocar em prática a agenda municipal de prevenção e redução da violência. Na última seção, listamos as principais perguntas que você precisará responder para que elabore um diagnóstico e escolha as ações mais adequadas para tornar a sua cidade mais segura.

Condições para uma cidade segura

Inspirados na campanha Instinto de Vida, que propõe a redução de 50% dos homicídios em 10 anos na América Latina, adaptamos as condições essenciais para a construção de cidades mais seguras:

- 1. Liderança e destinação de recursos:** É fundamental que as lideranças municipais assumam o seu papel na construção de cidades mais seguras. Isso passa pela compreensão da amplitude das ações sob sua responsabilidade, coordenação e monitoramento das diferentes ações em torno de objetivos comuns, destinação de recursos para áreas e estratégias prioritárias e articulação com os demais entes federativos. A participação de cidadãos é importante para que as ações sejam sustentáveis.
- 2. Concentração e integração de ações:** As intervenções preventivas funcionam melhor na medida em que se concentram em lugares, pessoas e comportamentos vulneráveis.

Como a violência tem muitas causas, é essencial que as ações sejam implementadas de forma simultânea para reduzir a violência e que sejam escolhidas as que foram testadas e que funcionam. Isso exigirá um grande esforço de articulação entre diferentes secretarias e instituições públicas e da sociedade civil.

- 3. Priorização e continuidade das políticas:** A construção de cidades seguras também é responsabilidade central dos prefeitos, e o tema deve servir para orientar as diferentes políticas públicas setoriais. É fundamental compreender as ações de prevenção como uma política pública prioritária. Isso implica fazer o diagnóstico correto dos problemas, planejar e ter metas claras, e monitorar seus resultados, diferenciando o que pode ser alterado no curto prazo do que exigirá mudanças estruturais.

Agenda: Estratégias e Ações

Foco nas pessoas

No Brasil, os municípios são responsáveis por fazer chegar grande parte das políticas públicas sociais aos cidadãos. Ao se agregar uma lente preventiva a elas, o município pode ampliar os resultados alcançados. Por exemplo, sabemos que a desigualdade, o desemprego, a baixa escolaridade, a exposição à violência no passado, assim como a rápida urbanização e o acesso desregulado a álcool, drogas ilícitas e armas, são fatores de risco que quando acumulados têm influência na ocorrência de homicídios. Além disso, a normalização da violência e a tolerância ao seu uso para resolver conflitos potencializa suas diferentes naturezas. Da mesma forma, estudos mostram uma forte relação entre a evasão escolar e o envolvimento precoce na criminalidade.

A pandemia exacerbou algumas dessas condições, o que exigirá um esforço redobrado por parte das cidades na identificação dos públicos e dos comportamentos de risco à violência e priorização das ações capazes de minimizá-las, tais como redução da evasão escolar, aumento da oferta de programas de qualificação profissional e alcance das políticas de proteção social aos públicos mais vulneráveis.

Exemplos de ações:

- Desenvolver programas para reduzir o impacto das suspensões das aulas não apenas na educação das crianças, mas também na garantia de sua segurança alimentar.
- Reduzir a evasão e o abandono escolares, a distorção idade-série, e buscar ativamente crianças e adolescentes fora da escola especialmente na retomada das aulas pós-pandemia.
- Promover políticas de reforço escolar para minimizar as desigualdades potencializadas pela pandemia.
- Implementar e aprimorar projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à geração de

emprego e renda e à qualificação profissional. Os programas devem ter especial atenção a grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho como jovens, mulheres, população negra, assim como pessoas egressas do sistema socioeducativo e do sistema prisional.

- Fortalecer a rede de serviços socioassistenciais, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), facilitando o acesso de populações em situação de vulnerabilidade social às políticas públicas de transferência de renda e atenção integral.
- Aprimorar serviços de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto, de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade.
- Criar centros de referência para jovens, sobretudo em áreas com altos índices de violência, oferecendo alternativas de inclusão social e produtiva.
- Criar iniciativas de promoção de modelos saudáveis de liderança e de masculinidade que não estejam associados ao uso da violência.
- Expandir e aprimorar programas de prevenção e orientação sobre gravidez na adolescência e desenvolvimento das capacidades parentais, em especial de pais jovens.
- Fortalecer e ampliar a oferta de serviços de saúde mental especialmente em regiões e para os públicos em maior vulnerabilidade social.
- Promover programas de redução de danos e tratamento baseado em evidências para pessoas com uso problemático ou dependência de drogas e álcool, com atenção especial às crianças e aos adolescentes. Tais políticas buscam mitigar as consequências negativas — de saúde, sociais ou econômicas — causadas pelo uso de substâncias psicoativas legais ou ilegais, sem ter a abstinência como pré-requisito.
- Fortalecer serviços de apoio e acolhimento de vítimas de violência, incluindo crianças e mulheres que sofreram abuso sexual.
- Assegurar atendimento à mulher vítima de violência doméstica, agravada durante a pandemia do coronavírus.
- Implementar programas de acompanhamento das medidas protetivas, como as patrulhas

Maria da Penha no âmbito da Guarda Municipal e/ou em parceria com a Polícia Militar.

- Ofertar abrigo, orientação, nutrição e higiene para pessoas em situação de rua. Oferecer saúde, prevenindo isolamento daqueles que estejam com suspeita de Covid-19. O acesso a esses serviços pode contar com atendimento móvel e criação de abrigos emergenciais, como tendas e contêineres.
- Estruturar e aprimorar serviços municipais de acompanhamento de alternativas penais, com acompanhamento integral, incluindo estratégias de saúde e de assistência social.

Foco nos territórios

Políticas urbanísticas podem prevenir e reduzir a violência em diferentes níveis. Por isso, o planejamento urbano tem um papel central na construção de cidades seguras. A diminuição da densidade populacional, a descentralização de serviços e o uso misto — comercial e residencial — de regiões da cidade, por exemplo, são chave para promover a convivência pacífica entre cidadãos.

Gerenciar a iluminação pública de maneira eficaz, por sua vez, pode evitar a ocorrência de crimes de rua. Já a garantia de moradia digna tem potencial até de reduzir poderes de grupos criminais em localidades em que eles exploram negócios imobiliários. Além

disso, a oferta de equipamentos públicos de qualidade que permitam a convivência das pessoas, como bibliotecas, centros esportivos e de lazer, são fundamentais para a criação de relações de confiança e para o fortalecimento do tecido social, em especial nas áreas mais vulneráveis das cidades.

A desigualdade na oferta de serviços públicos essenciais entre os diferentes territórios como acesso à água potável, saneamento básico e mobilidade foram escancarados, agravando a crise sanitária. Parte desses elementos também favorece a violência e precisa ser endereçada pelos municípios.

Exemplos de ações:

- Elaborar estratégias urbanísticas para diminuir a densidade populacional, como combate à precariedade habitacional, à descentralização e à ampliação de parques e áreas de lazer.
- Garantir moradia digna, por exemplo, evitando despejos forçados e criando programas de aluguel social, especialmente durante a crise da Covid-19.
- Criar e manter infraestrutura e mobiliário urbano em espaços que permitam uma convivência segura e pacífica, como parques, praças e largos, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade à violência.
- Criar e manter infraestrutura comunitária de esporte e lazer, incluindo bibliotecas públicas, complexos esportivos, centros

culturais, entre outros, com funcionamento em horários estendidos.

- Realizar e fomentar iniciativas e atividades voltadas para cultura e para o lazer, presencialmente, quando for seguro, mas também estimulando atividades on-line em períodos de distanciamento social.
- Priorizar planos diretores com regiões de uso misto, de uso comercial e residencial.
- Revitalizar centros históricos, inclusive incentivando a moradia nessas áreas.
- Investir em ciclovias e reformas do calçamento.
- Promover regras de convivência pacífica no transporte público.
- Gerenciar a iluminação pública de maneira eficaz, com soluções que gerem maior sensação de segurança e economia de energia.
- Instalar pias e reformar banheiros públicos que permitam acesso da população em geral, e especialmente, da população em situação de rua, a água potável e itens de higiene, como sabonete.

- Adequar, com medidas como o reforço de ventilação natural, equipamentos públicos que possam se tornar focos de disseminação de doenças, como centros de acolhimento para a população em situação de rua ou espaços de convivência para idosos.

Foco no controle e na aplicação da lei

O ordenamento jurídico brasileiro prevê que as cidades podem constituir uma guarda municipal, uma força que tem ganhado destaque e relevância nos últimos anos. No entanto, o poder regulador do município vai além da guarda. O poder de polícia administrativa, exercido pela fiscalização, pode ter uma função bastante estratégica para tornar as cidades seguras.

Ambas essas estruturas, de controle e de fiscalização, têm capacidade de incidir sobre a prevenção e a resolução de conflitos, garantindo a efetividade da regulação, além de uma cultura de respeito aos espaços públicos e de convivência pacífica. Elas devem atuar com base em informações e dados, e o apoio da tecnologia pode torná-las mais eficientes. É igualmente importante possibilitar que os profissionais envolvidos nessas estratégias tenham suas demandas identificadas e atendidas.

Especialmente no contexto de pandemia, tanto a atuação da guarda como a dos agentes de fiscalização são essenciais para que as regras estabelecidas pelas prefeituras sejam cumpridas e o retorno seguro às atividades seja garantido.

Exemplos de ações:

- Planejar a atuação da guarda em complementação ao trabalho das polícias, priorizando um modelo voltado ao atendimento do cidadão, mediação de conflitos e para o auxílio do ordenamento urbano.
- Modernizar as guardas municipais, com o uso de tecnologias para a gestão de dados e informações e criação de um registro eletrônico dos atendimentos prestados.
- Orientar a atividade de patrulhamento municipal preventivo por meio dos dados sobre em quais áreas há maior ocorrência de incidências e maior concentração de grupos vulneráveis, como o entorno de escolas.
- Capacitar os guardas para a resolução de problemas, com, por exemplo, formação em mediação de conflitos e práticas restaurativas.
- Estruturar equipamentos e serviços de gestão de conflitos interpessoais, como mediação de conflitos, inclusive em parceria com o Judiciário.
- Desenvolver rotinas de compartilhamento de dados e informações sobre registros de atendimentos e ocorrências entre as guardas e as polícias militares e civis, assim como protocolos de encaminhamento e tratamento de denúncias.
- Estruturar e fortalecer órgãos de controle, interno (corregedoria) e externo (ouvidoria), da atuação da Guarda Municipal e da estrutura de fiscalização.
- Fiscalizar atividades comerciais e de prestação de serviços, com atenção especial para os estabelecimentos que comercializam produtos associados a fatores de risco, tais como bebidas alcoólicas, materiais inflamáveis ou tóxicos, explosivos, ou ainda que não tenham origem comprovada, podendo ser fruto de receptação.
- Fiscalizar o respeito das eventuais estratégias de isolamento necessárias, como o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e o uso de máscaras, assim como as medidas graduais de reabertura.
- Manter transparência, clareza e constância na comunicação dessas estratégias para a população.

Como colocar a agenda em prática?

As estratégias elencadas nos eixos anteriores só são possíveis se os responsáveis pela gestão municipal forem capazes de se organizar para colocar a agenda em prática. Para isso, precisam arrumar a casa, o que significa priorizar o tema, ajustar a estrutura organizacional, garantir recursos, definir metas e monitorar resultados.

Como observado, uma cidade segura vai muito além de uma cidade com baixos índices de criminalidade. Uma cidade segura é uma cidade inclusiva, vibrante e equânime. Para essa construção, diferentes setores precisam se engajar. Da saúde à educação, passando pela assistência social, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento econômico e urbano, todos fazem parte dessa missão.

A prevenção da violência é multidisciplinar por natureza e ter esse fio condutor auxilia na implementação de pequenas adaptações necessárias para aumentar o potencial preventivo das políticas públicas. A coordenação com vistas à atenção integral aliada à coleta, sistematização e acompanhamento de dados são ferramentas poderosas para implementar uma agenda bem-sucedida. O uso de tecnologia pode ser um grande aliado, não apenas na gestão, mas também para entregar um serviço público de melhor qualidade para as pessoas e aumentar a participação.

Para isso, é essencial:

- Criar uma estrutura de governança integrada ao gabinete do prefeito ou da prefeita, com representantes das diferentes secretarias e serviços municipais envolvidos nas ações preventivas. Um exemplo dessas estruturas são os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-Ms). Elas devem estar em diálogo com as polícias estaduais, os órgãos de justiça e as organizações da sociedade civil.
- Garantir dotação orçamentária para financiar a implementação das ações da agenda Cidade Segura. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio da criação de fundo municipal de segurança cidadã, assim como por meio de parcerias com o setor privado.
- Definir metas e mecanismos de monitoramento e avaliação para as ações estabelecidas como prioritárias na agenda.

- Criar uma instância para coleta e gestão de dados de diferentes secretarias do município, que auxilie a identificação de dinâmicas de vulnerabilidade e a sua distribuição espacial e utilizá-los para elaborar políticas preventivas focalizadas, e para monitorar e avaliar as ações implementadas.
- Criar parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para produção de dados de apoio e evidências para formulação de políticas públicas, e monitoramento e avaliação.
- Desenvolver um plano de comunicação para disseminar e dar transparência à atuação do município na prevenção da violência.
- Criar estruturas de participação presenciais e on-line de segurança cidadã. Com participação de secretarias municipais, instituições da segurança pública estaduais, Judiciário e diferentes setores da sociedade civil, inclusive de jovens. Esses espaços devem garantir a participação comunitária no desenho e na implementação de políticas públicas.
- Capacitar servidores para identificar, durante atendimentos, possíveis conflitos domésticos, em especial no caso de pessoas com restrições de autonomia ou liberdade, como crianças, pessoas com deficiência, problemas de saúde mental e idosos.
- Melhorar os portais de acesso à informação e os dados através deles disponibilizados, fortalecendo a transparência e prestação de contas do governo à sociedade.
- Garantir equipamentos de proteção individual e segurança sanitária para servidores municipais.
- Fornecer capacitação e sensibilização de servidores públicos para respeito à diversidade, em especial para mulheres, pessoas LGBTQI+, negras, indígenas, portadoras de necessidades especiais e migrantes.
- Nos municípios com presença de grupos criminais, produzir dados sobre o impacto de sua atuação, assim como de tiroteios e de operações policiais. Alguns exemplos de informações que podem ser coletadas e sistematizadas são fechamento de escolas e de postos de saúde, assim como consequências para a saúde mental dos moradores dessas áreas.

O que você precisa saber para elaborar uma agenda Cidade Segura adequada à sua realidade?

Para montar a agenda mais apropriada para a sua cidade e priorizar as ações adequadas é importante realizar um diagnóstico que aborde tanto os indicadores de violência e criminalidade como os fatores de risco e situação de vulnerabilidade. Além disso, desagregar esses indicadores no território será fundamental para melhor focalizar as ações de prevenção. Recomendamos também que se busque georreferenciar os equipamentos municipais. Afinal, a redução das desigualdades na cidade é um fator chave para torná-la mais segura.

A seguir, preparamos um conjunto de perguntas que auxiliarão na construção do diagnóstico e, conseqüentemente, na priorização das ações para uma agenda Cidade Segura.

1. Quantas escolas existem e como elas estão distribuídas no seu município? Existem bairros com mais escolas do que outros? Se sim, esses bairros coincidem com a demanda?
2. Existe um perfil de pessoas com maior dificuldade de acesso às escolas? Que perfil é esse? Há bairros onde isso acontece mais?
3. Quais estratégias existem para identificar os alunos que faltam? Existe um programa de busca ativa para fazer com que voltem a frequentar a escola?
4. E as creches? Existe um programa voltado à primeira infância na sua cidade? As mulheres grávidas têm acesso ao pré-natal em todas as regiões da cidade?
5. Qual é o protocolo de atendimento e encaminhamento feito para aqueles que passaram pelos conselhos tutelares? Os conselhos tutelares têm estrutura adequada para fazer o acompanhamento das crianças e adolescentes?
6. Quais são os principais impactos na geração de renda devido à pandemia? Qual o percentual de inserção da população em programas de transferência de renda?
7. Qual parcela da população jovem tem acesso ao mercado de trabalho formal? Quais são as principais dificuldades que jovens enfrentam para acessar esse tipo de trabalho?

8. Como programas voltados à geração de emprego e renda e à qualificação profissional estão distribuídos na cidade e entre grupos populacionais? Quem mais precisa está sendo atendido?
9. De que maneira o município tem fomentado o trabalho e oferecido lazer em regiões de maior vulnerabilidade social?
10. Quais os principais programas sociais existentes e quais benefícios eles oferecem? Qual o perfil dos contemplados por programas sociais e em que regiões eles vivem? O potencial preventivo desses programas é mapeado e tem sido utilizado?
11. De que maneira os serviços socioassistenciais foram impactados pela Covid-19?
12. Quantos adolescentes cumprem medida socioeducativa em meio aberto no município? Como o município faz o acompanhamento desses adolescentes? Eles frequentam a escola? Estão inseridos em programas de transferência de renda?
13. Quais estratégias têm sido priorizadas para acolher pessoas com uso problemático ou dependência de drogas e álcool?

14. Quais os equipamentos e serviços voltados para o acolhimento de mulheres em situação de violência? Onde se localizam esses serviços? Há mulheres com dificuldades para acessá-los?
15. Quais programas o município tem para homens autores de violência doméstica e como os serviços se distribuem geograficamente?
16. Como é a distribuição populacional da sua cidade? Quais são os locais com alta densidade demográfica?
17. Quais os principais problemas de habitação do município e como eles têm sido enfrentados?
18. Quais imóveis o município possui no centro histórico e de que maneira eles estão sendo aproveitados pela população?
19. Quem são as principais vítimas (idade, sexo, raça, local de moradia, escolaridade) e quais os locais que concentram violência letal no município?
20. Como outros indicadores de violência se distribuem em seu município? É possível traçar um perfil de autores e vítimas?

21. Seu município tem Guarda Municipal? Se sim, como são definidas e quais são as prioridades de sua atuação? Ela faz mediação de conflitos?
22. Existe um programa de qualificação continuada para guardas municipais? Qual a periodicidade da formação e qual o conteúdo?
23. Como a atuação da Guarda foi afetada pela Covid-19?
24. Qual o plano de carreiras para a Guarda Municipal? As demandas dos guardas são levantadas periodicamente?
25. Quais os tipos de registros mais frequentes nas corregedorias e ouvidorias da Guarda Municipal e como o município tem acompanhado e respondido esses registros?
26. De que maneira as ações voltadas para a prevenção da violência estão organizadas na estrutura municipal?
27. Qual o órgão ou os órgãos com a responsabilidade de definir e acompanhar metas e mecanismos de monitoramento e avaliação de estratégias de prevenção à violência?

28. Há uma instância que coleta e sistematiza dados de todas as áreas da prefeitura? Se sim, a quem ela está vinculada? Qual a periodicidade de levantamento de dados? Quais os desafios para a produção de dados e o que está sendo feito para contorná-los?

29. De que maneira os dados do município são utilizados na elaboração de políticas públicas? Há estudos sendo produzidos com enfoque na prevenção e redução da violência? Ele abrange também os fatores de risco ou apenas os indicadores criminais?

30. Quais os espaços presenciais e on-line de participação de cidadãos e cidadãos na área de segurança?

Referências

ABT, T.; WINSHIP, C. (2016). What Works in Reducing Community Violence: A meta-review and field study for the Northern Triangle. Washington DC: Democracy International, USAID.

CULLEN, F. T.; AGNEW, R. (2006). Criminological Theory: past to present. Oxford University Press.

INSTITUTO IGARAPÉ (2017). A América Latina pode reduzir os homicídios em 50% em 10 anos. Campanha Instinto de Vida, Instituto Igarapé (Coordenação Técnica). Disponível em: <https://www.br.instintodevida.org>. Acesso em 09/09/2020.

VCR; WHO (2015). Global Strategies to Reduce violence by 50% in 30 years. Institute of Criminology Violence Research Centre (University Of Cambridge); World Health Organization.

INSTITUTO SOU DA PAZ (2018). Aí Eu Voltei para o Corre – estudo da reincidência infracional do adolescente no estado de São Paulo. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf. Acesso em 09/09/2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. Coronavirus Resource Center. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 08/09/2020.

KLEIMAN, M. (2009). When Brute Force Fails: How to have less crime punishment. Princeton: University Press.



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas de segurança, clima e desenvolvimento. Nosso objetivo é propor soluções e parcerias a desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e comunicação. Somos uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, mas cuja atuação transcende fronteiras locais, nacionais e regionais. Premiada como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018, o melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019 e considerada pelo Instituto Doar, pelo segundo ano consecutivo, como uma das 100 melhores organizações brasileiras do terceiro setor.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Direção criativa e layout

Raphael Durão - STORMdesign.com.br

ISSN 2359-0998

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank